



O massacre de Ipatinga e a disputa pela memória sob uma ótica marxista

André Luiz Pereira Pinho¹ 

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). E-mail para contato: andrelluiz999@gmail.com.

O Massacre de Ipatinga, ocorrido em 7 de outubro de 1963, inscreve-se como um dos episódios mais marcantes da violência estatal a serviço do capital na história brasileira do século XX. Em frente ao portão da Usina Intendente Câmara, pertencente à Usiminas, a Polícia Militar abriu fogo contra uma multidão de trabalhadores e moradores, resultando em dezenas de feridos e, pelo menos, oito mortos, segundo registros oficiais, ainda que testemunhas da época relatem números maiores (PAGNOSSA, 2013, p. 4).

O massacre não foi um acidente isolado, mas expressão concreta da contradição entre capital e trabalho em um espaço forjado pela lógica do desenvolvimentismo nacional e do controle disciplinar empresarial. A instalação da Usiminas em Ipatinga, na virada da década de 1950, transformou a antiga vila em um polo urbano-industrial marcado por rápidas mudanças demográficas, sociais e espaciais. A siderúrgica consolidou-se como um verdadeiro aparelho de hegemonia burguesa, que não apenas explorava a força de trabalho, mas também buscava moldar o cotidiano e a cultura local através da chamada “cultura Usiminas” (SOUZA, 2014, p. 9). Nesse sentido, a repressão de 1963 não se reduz a um conflito circunstancial: ela se articula com um projeto mais amplo de disciplinarização da classe trabalhadora, sustentado pelo Estado, pelas elites industriais e por setores da imprensa, em um esforço de naturalizar a violência como parte do progresso burguês.

Essa interpretação sobre a repressão ocorrida em 1963 em Ipatinga tem como base o entendimento de Karl Marx (2017, p. 789), para quem “a violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova”. Contudo, no caso brasileiro, a violência estatal serviu menos para gestar a emancipação popular e mais para garantir a reprodução ampliada do capital. O massacre expressa, portanto, a dialética da luta de classes: de

um lado, operários e famílias que resistiam à precarização e ao autoritarismo patronal; de outro, o Estado burguês que se apresentava como guardião da ordem, mas que na prática atuava como força repressiva contra os trabalhadores.

A tentativa de apagamento da memória do massacre é outro aspecto central desse processo. Estudos demonstram que, durante as décadas de 1960 e 1970, a narrativa oficial reduzia o episódio a “atritos” ou “desordens”, minimizando as mortes e responsabilizando os próprios trabalhadores (PAGNOSSA, 2013, p. 53-73). A construção da imagem da “Família Usiminas”, por exemplo, buscava substituir a lembrança da violência por um ideal de progresso e harmonia social, difundido por meio de propaganda institucional e do controle sindical (PAGNOSSA, 2013, p. 54; SOUZA, 2014, p. 9). Gramsci (2001, p. 94) ajuda a compreender esse processo ao destacar que a hegemonia não se dá apenas pela coerção, mas sobretudo pelo consenso forjado através de aparelhos privados de hegemonia, como sindicatos pelegos, igrejas e a mídia.

Ao mesmo tempo, a memória operária resistiu em circuitos subterrâneos. Publicações independentes, movimentos sociais e, posteriormente, iniciativas como o Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia deram visibilidade ao massacre e às lutas por justiça e reparação (FERNANDES, 2013, p. 12). A disputa pela memória, portanto, revela-se como uma extensão da luta de classes, travada agora no campo simbólico e cultural. Conforme lembra E. P. Thompson (1987, p. 13), a classe não é uma estrutura fixa, mas uma relação histórica, forjada na experiência compartilhada de exploração e resistência.

Dessa forma, este artigo propõe analisar, sob a ótica marxista, a tentativa de apagamento do Massacre de Ipatinga ao longo do tempo, articulando três dimensões: 1) a formação histórico-social de Ipatinga como cidade-empresa sob a hegemonia da Usiminas; 2) o massacre em si, enquanto expressão da violência estatal a serviço do capital; 3) as estratégias de silenciamento e resistência em torno da memória do episódio. A metodologia aqui adotada se fundamenta na história social do trabalho e na crítica marxista, considerando o massacre não como um fato isolado, mas como parte de um processo estrutural de dominação de classe e contradição capitalista.

Ao investigar o massacre e seu silenciamento, buscamos compreender como a classe burguesa mineira e o Estado articularam mecanismos de esquecimento histórico, ao mesmo tempo em que trabalhadores e movimentos sociais elaboraram contra-memórias. Em última instância, trata-se de refletir sobre a luta pela memória como parte da luta pela emancipação social.

A FORMAÇÃO DE IPATINGA, A INDUSTRIALIZAÇÃO E A DISCIPLINA DO CAPITAL

O surgimento de Ipatinga como polo industrial está diretamente vinculado ao projeto desenvolvimentista dos anos 1950, particularmente à política do governo Juscelino Kubitschek (1956–1961), cujo lema — “cinquenta anos em cinco” — expressava o ímpeto de acelerar a industrialização brasileira. A instalação da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas), em 1958, deve ser compreendida nesse contexto, articulando capital estatal, capital privado nacional e investimentos estrangeiros, especialmente japoneses (ALVES, 2016, p. 21-31).

Esse processo não foi neutro nem meramente técnico. Ao contrário, a industrialização mineira, sob o discurso do progresso e da modernização, implicou a subordinação de populações locais, a desapropriação de terras e a reconfiguração completa do espaço urbano. Como destaca Geraldo Vinícius Ribeiro Freitas (2011), a formação de Ipatinga se deu pela imposição de um projeto capitalista que reorganizou relações sociais, provocando um crescimento populacional acelerado e tensões no cotidiano (FREITAS, 2011, p. 166).

Do ponto de vista marxista, trata-se de um momento em que o Estado burguês brasileiro assume o papel de mediador e impulsionador da acumulação de capital, atuando como garantidor da ordem necessária ao desenvolvimento industrial. Marx (2017, p. 803) já advertia que a acumulação primitiva não se encerra no período inicial do capitalismo, mas reaparece em novas formas de expropriação e disciplinarização do trabalho. A implantação da Usiminas em terras mineiras é exemplo dessa continuidade, em que o Estado promoveu o deslocamento forçado de populações e a conversão de camponeses em operários industriais.

Ipatinga não se formou como uma cidade tradicional, mas como uma cidade-empresa. A Usiminas projetou e organizou o espaço urbano segundo seus interesses produtivos, estabelecendo bairros operários, áreas residenciais hierarquizadas e uma infraestrutura urbana voltada para consolidar a hegemonia empresarial. Como aponta Izabela Vieira Alves (2016, p. 44-46), o pré-plano urbanístico da Usiminas previa a criação de vilas operárias padronizadas, como o Bairro Cariru, que materializavam uma lógica de disciplinamento espacial e social. A literatura demonstra que a empresa buscava não apenas gerir a produção do aço, mas também regular a vida cotidiana de seus trabalhadores. Moizés Rodrigues da Silva (2020, p. 12) identifica que Ipatinga nasceu sob forte influência da siderúrgica, que a planejou como “cidade aberta”, mas de fato controlada, gerando contradições entre urbanização planejada e ocupações populares “espontâneas”.

Essa forma de controle pode ser compreendida a partir de Gramsci (2001, p. 94), que afirmou que a hegemonia burguesa não se sustenta apenas na coerção, mas também na produção de consenso, moldando valores, práticas

sociais e até mesmo o espaço urbano. A “cultura Usiminas”, descrita por Paulo Roberto de Souza (2014, p. 9), consistia justamente nesse projeto disciplinar, que buscava criar um operariado dócil, submisso e identificado com os valores empresariais.

No entanto, esse processo esteve longe de ser harmônico. A rápida expansão populacional, as condições precárias de trabalho e moradia, bem como o autoritarismo patronal, alimentaram resistências cotidianas. Como observa Pagnossa (2013, p. 27-37), a região de Ipatinga se caracterizava por conflitos diários, que culminariam no massacre de 1963.

O acúmulo destes conflitos, somante as precárias condições de vidas, deram singular noção da vida operária no Vale do Aço, o inglês Thompson (1987, p. 13) lembra que a classe trabalhadora não surge mecanicamente das relações de produção, mas é formada na experiência. Assim, os trabalhadores de Ipatinga, ao vivenciarem simultaneamente a modernização e a violência estrutural, forjaram uma consciência coletiva que, ainda que fragmentada, desafiava o projeto de dominação da Usiminas. A constituição de Ipatinga como cidade-empresa, planejada e organizada sob a égide da Usiminas, não eliminou as contradições inerentes ao processo de acumulação capitalista. Ao contrário, o acelerado crescimento populacional, a precariedade das condições de vida e trabalho e a forte presença da repressão policial criaram um ambiente de tensões constantes entre operários, moradores e empresa.

Ao analisar o histórico de embates internos da empresa, Tadeu Pamplona Pagnossa (2013, p. 27-37) lembra que, já no início dos anos 1960, a região de Ipatinga se caracterizava por conflitos cotidianos: greves espontâneas, protestos contra salários baixos, reclamações de moradores despejados de suas casas e choques com a polícia nos portões da usina. Os atritos se intensificavam devido ao autoritarismo patronal e à presença permanente de forças militares, chamadas a intervir em manifestações trabalhistas ou mesmo em desentendimentos locais.

Boa parte destes conflitos eram justificados com a chamada “cultura usiminas”, Paulo Roberto de Souza (2014, p. 9) observa que essa cultura não se resumia a uma ética empresarial, mas constituía um verdadeiro sistema de dominação, que incluía o controle sindical, a vigilância sobre operários e a criminalização de lideranças trabalhistas. A repressão se estendia para além da fábrica, atingindo também a vida comunitária: sindicatos eram infiltrados, associações eram cooptadas e qualquer sinal de organização independente era reprimido.

Nesse contexto, as tensões se tornaram cada vez mais latentes. Geraldo Vinícius Ribeiro Freitas (2011, p. 166) demonstra que a luta pela emancipação política de Ipatinga já estava marcada por disputas sociais intensas, em que diferentes setores buscavam garantir seu espaço em meio à hegemonia da empresa. Assim, antes mesmo do massacre, o cotidiano dos trabalhadores era permeado por embates que expressavam a luta de classes em sua forma mais

crua.

A análise marxista do processo de formação de Ipatinga permite compreender que a cidade não surgiu como fruto natural da modernização, mas como resultado de um projeto de acumulação do capital monopolista, articulado entre Estado e empresa. O Estado brasileiro, no contexto desenvolvimentista, atuou como garantidor da ordem e como financiador direto da industrialização pesada. Já a Usiminas funcionou como braço do capital monopolista, reorganizando o espaço urbano e disciplinando a força de trabalho em função da produção siderúrgica.

Segundo Marx (2017, p. 703), o capital não apenas consome trabalho vivo, mas busca constantemente reorganizar a vida social para reproduzir a exploração em escala ampliada. Em Ipatinga, essa lógica se manifestou na transformação da cidade em território do capital, no qual o espaço urbano, o cotidiano e até a memória histórica eram moldados para servir à acumulação.

A repressão aos conflitos cotidianos evidencia o papel do Estado burguês como instrumento da classe dominante. Engels (2012, p. 223) já havia definido o Estado como o “comitê executivo da burguesia”, ideia retomada por Lenin (1987, p. 37) ao afirmar que, em situações de conflito, o aparato estatal revela seu caráter de classe pela violência aberta. O Massacre de Ipatinga, que eclodiria em 1963, deve ser compreendido como o ápice desse processo de militarização da vida operária e de submissão da classe trabalhadora ao projeto monopolista da Usiminas.

A cidade, portanto, nasceu como espaço de hegemonia burguesa, mas também como espaço de resistência. Como lembra Gramsci (2001, p. 94), a hegemonia nunca é absoluta: ela é constantemente desafiada por práticas contra-hegemônicas. Os conflitos cotidianos de Ipatinga até 1963 revelam justamente a fratura dessa hegemonia, demonstrando que os trabalhadores, ainda que submetidos à disciplina do capital, elaboravam formas de resistência que culminariam no confronto sangrento daquele outubro. Em síntese, a formação de Ipatinga deve ser lida como processo histórico no qual Estado e empresa se articularam para impor um projeto de dominação capitalista, mas em cujo interior germinava, de forma inevitável, a resistência operária. O massacre não surge, portanto, como evento isolado ou excepcional, mas como expressão concreta de um território moldado pelas contradições do capital monopolista.

O MASSACRE DE 1963

Na manhã de 7 de outubro de 1963, milhares de operários e moradores se concentraram diante do portão 57 da Usina Intendente Câmara, em Ipatinga, em protesto contra as condições de trabalho e de transporte oferecidas pela Usiminas. O clima de tensão, acumulado ao longo de meses de atritos cotidianos, explodiu quando tropas da Polícia Militar de Minas Gerais (acionadas pelo então presidente da empresa, Amaro Lanari Júnior) abriram

fogo contra a multidão. O resultado foi um banho de sangue: dezenas de feridos e ao menos oito mortos oficialmente registrados, embora testemunhos de trabalhadores indiquem que o número de vítimas fatais possa ter sido bem maior, somando dezenas de corpos ocultados ou dispensados no ribeirão Ipanema e suas margens (PAGNOSSA, 2013, p. 4; FERNANDES, 2013, p. 12).

Imagens e relatos preservados mostram a brutalidade da ação repressiva. Pagnossa (2013, p. 37-38) destaca que a tropa estava fortemente armada, incluindo metralhadoras, e disparou contra homens, mulheres e crianças que se encontravam nas imediações. O choque não se restringiu ao espaço fabril: corpos foram levados às pressas, alguns desaparecidos, e a memória coletiva da cidade ficou marcada pelo trauma. E a repressão não se encerrou com o tiroteio: como aponta Geraldo Vinícius Ribeiro Freitas (2011, p. 166), muitos operários foram presos, enquadrados na Lei de Segurança Nacional e submetidos a inquéritos militares, enquanto a empresa e as autoridades buscavam criminalizar os trabalhadores, apresentando-os como desordeiros (FREITAS, 2011).

O impacto imediato do massacre foi de choque e indignação. Testemunhas relataram cenas de pânico, corpos sendo levados às pressas e famílias desesperadas em busca de seus parentes desaparecidos. Muitos moradores, movidos pela revolta, reagiram atacando veículos da polícia, incendiando caminhões e tentando resistir à violência (PAGNOSSA, 2013, p. 47; FERNANDES, 2013, p. 12).

No entanto, a repressão não cessou com o cessar dos tiros. Em seguida, instaurou-se um processo de criminalização das vítimas e de perseguição às lideranças trabalhistas. Diversos moradores e operários foram detidos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, acusados de incitar desordem e de atentar contra a ordem pública. Como aponta Geraldo Vinícius Ribeiro Freitas (2011, p. 166), listas de trabalhadores “suspeitos” circularam entre autoridades, resultando em demissões sumárias, prisões arbitrárias e vigilância constante sobre famílias operárias.

O inquérito policial-militar (IPM) instaurado sobre os acontecimentos procurou inverter a lógica da responsabilidade: em vez de reconhecer o massacre como ato de repressão estatal, atribuiu a culpa aos próprios trabalhadores, apresentados como provocadores da violência. Assim, a repressão imediata foi acompanhada de um processo de construção discursiva que visava legitimar a ação policial e deslegitimar as demandas operárias (PAGNOSSA, 2013, p. 53-73).

Essa criminalização cumpria uma função clara no jogo de classes: ao mesmo tempo em que aterrorizava os trabalhadores, buscava eliminar lideranças incômodas e desmobilizar a organização coletiva. Se, no curto prazo, o massacre foi seguido por repressão e perseguição, no médio e no longo prazo, ele foi alvo de um processo sistemático de silenciamento, intensificado após o golpe militar de 1964.

A análise do Massacre de Ipatinga através das lentes do materialismo histórico, evidencia que não se tratou de um episódio isolado ou de uma tragédia fortuita. Foi, antes, a expressão direta da luta de classes em um contexto de industrialização acelerada, em que o Estado atuou como garantidor dos interesses do capital. Como observa Paulo Roberto de Souza (2014, p. 9), a Usiminas impunha uma rígida disciplina sobre os trabalhadores, tanto dentro quanto fora da fábrica, e via na organização operária uma ameaça à ordem burguesa estabelecida. Nesse sentido, a repressão policial de 1963 deve ser compreendida como prolongamento dessa lógica disciplinar: quando os mecanismos de consenso não foram suficientes para conter a insatisfação, recorreu-se à coerção armada.

Marx (2017, p. 789) já apontava que a violência é “a parteira de toda velha sociedade grávida de uma nova”. No caso de Ipatinga, porém, a violência serviu à manutenção da ordem capitalista, atuando para esmagar os germes de resistência operária. Engels reforçou o papel do Estado nesse tipo de contexto:

O poder do Estado, que aparentemente paira acima da sociedade, era, na realidade, o poder da classe possuidora, da burguesia, para a manutenção de sua posição social e de seus privilégios contra a classe despossuída, o proletariado. [...] Assim, o Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, um Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo ideal. [...] Em situações de crise, ele revela-se como um “poder colocado aparentemente acima da sociedade, mas que, em última instância, é a força de repressão de uma classe sobre outra (ENGELS, 2012, p. 223).

Essa definição se aplica claramente ao ocorrido em Ipatinga, onde o aparato estatal mobilizou-se para proteger os interesses do capital. Vale ressaltar que na época a Usiminas era uma empresa de capital misto e, mesmo que a fração brasileira fosse majoritária, o capital imperialista nipônico, sem dúvida, apreciaria a manutenção do status quo e de seus rendimentos na produção de ferro brasileira.

Assim, o massacre evidencia o papel do Estado burguês como instrumento de dominação de classe. A polícia, em vez de garantir a proteção da população, atuou como braço armado da Usiminas e das elites mineiras, reprimindo brutalmente trabalhadores que ousaram desafiar as condições impostas. Como nota Pagnossa (2013, p. 73), os “atritos de 1963” foram enquadrados em um discurso de progresso e harmonia, mas, na prática, revelavam a tentativa de silenciar qualquer contestação. Analisado do ponto de vista gramsciano, o episódio mostra o limite da hegemonia empresarial. A “Família Usiminas” buscava produzir consenso e naturalizar a disciplina operária, mas a resistência cotidiana eclodiu em forma de protesto. A resposta violenta do Estado demonstra que, quando o consenso e a construção de um imaginário de

subalternidade falham, a hegemonia se sustenta pela força.

Portanto, o Massacre de Ipatinga não pode ser interpretado como um acidente trágico, mas como manifestação concreta da luta de classes em território moldado pelo capital monopolista. A violência estatal esteve a serviço da acumulação, garantindo que a ordem industrial permanecesse intocada, ainda que à custa de vidas operárias.

Durante a ditadura, os eventos de Ipatinga foram enquadrados como simples “atritos” ou “trágicos incidentes” resultantes de desordem popular, apagando deliberadamente a dimensão de massacre (PAGNOSSA, 2013, p. 53; SOUZA, 2014, p. 9). Esse enquadramento foi reforçado pela construção da imagem de instituição progressista e filantrópica, um discurso hegemônico que apresentava a empresa como promotora de desenvolvimento, harmonia e modernização, em contraste com a suposta irracionalidade das mobilizações operárias e o caráter rural da região.

O silêncio também foi sustentado pelo controle da imprensa local e nacional, bem como pelo aparelho sindical cooptado. O Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA), ao longo da ditadura, foi mantido sob intervenção e dirigido por lideranças pelegas, fortemente subordinadas ao chauvinismo fascista que cobriu o país por 21 anos consecutivos, comprometidas com a manutenção da ordem empresarial e contrárias à lembrança do massacre (PAGNOSSA, 2013, p. 92-99).

Do ponto de vista gramsciano, esse processo revela a combinação de coerção e consenso na construção da hegemonia. Se, por um lado, a repressão militar assegurava a disciplina operária pelo medo, por outro, o discurso da “Família Usiminas” oferecia uma narrativa de integração e progresso que buscava conquistar a adesão simbólica da população. Trata-se, como afirma Gramsci, do exercício da hegemonia em seu sentido pleno:

O poder do Estado, que aparentemente paira acima da sociedade, era, na realidade, o poder da classe possuidora, da burguesia, para a manutenção de sua posição social e de seus privilégios contra a classe despossuída, o proletariado. [...] Assim, o Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, um Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo ideal. [...] Em situações de crise, ele revela-se como um “poder colocado aparentemente acima da sociedade, mas que, em última instância, é a força de repressão de uma classe sobre outra (ENGELS, 2012, p. 223).

Nesse sentido, tudo indica que o silenciamento do massacre de 1963 durante a ditadura não foi mero esquecimento, mas um ato político consciente, parte de uma estratégia mais ampla de garantir a estabilidade do regime e a continuidade da acumulação capitalista (em um sistema de capitalismo dependente, as empresas, ainda que estatais ou de participação estatal, servem

a final como grandes blocos de dividendos e lucros para a elite burguesa). Como observa Edvaldo Fernandes (2013, p. 12), apenas décadas depois, com a redemocratização e o trabalho da Comissão de Anistia e Comissão da Verdade, a memória do massacre começaria a ser resgatada publicamente.

MEMÓRIA, APAGAMENTO E RESISTÊNCIA

A memória do massacre de 1963 foi, desde os primeiros momentos, alvo de um processo sistemático de apagamento, conduzido de forma articulada pela Usiminas, pelo Estado e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA), sob controle de lideranças alinhadas ao regime militar. Esse processo de silenciamento histórico não foi casual, mas parte de um projeto político-ideológico de consolidação da hegemonia burguesa na região.

Um dos principais mecanismos foi o discurso oficial, que enquadrava o episódio como algo comum e casual entre trabalhadores e forças policiais. Essa narrativa minimizava o número de mortos, responsabilizava os próprios operários pela violência e naturalizava a ação repressiva como necessária para a manutenção da ordem (PAGNOSSA, 2013, p. 53-73). Em relatórios oficiais e matérias jornalísticas do período, o massacre foi sistematicamente descrito em termos vagos, apagando sua dimensão de violência estatal contra civis.

Outro instrumento de silenciamento foi o controle sindical. O SINDIPA, durante a ditadura, permaneceu sob intervenção e dirigido por lideranças pelegas, comprometidas em manter a ordem fabril e em reprimir qualquer tentativa de reconstruir a memória do massacre. Paulo Roberto de Souza (2014, p. 9) destaca que o sindicato atuava como aparelho privado de hegemonia, impedindo greves, barrando assembleias independentes e reforçando o discurso empresarial de harmonia entre capital e trabalho.

Além disso, a propaganda institucional da Usiminas teve papel central no processo de apagamento. A imagem da positiva e de órgão estruturante e desenvolvedor da cidade, amplamente divulgada em campanhas publicitárias, jornais internos e eventos comunitários, construiu uma representação idealizada da empresa como promotora de progresso, bem-estar e modernização (SOUZA, 2014, p. 11). Nesse imaginário, os trabalhadores eram apresentados como parte de um grande projeto coletivo, onde conflitos e contradições não tinham lugar. A violência de 1963 era, assim, deliberadamente esquecida ou transformada em um “episódio lamentável” sem maiores consequências.

Do ponto de vista marxista, esse processo de apagamento histórico pode ser interpretado à luz da teoria gramsciana da hegemonia, que transcende a mera dominação coercitiva. Conforme demonstra Gramsci em sua análise do poder burguês:

A supremacia de um grupo social se manifesta como dominação sobre os grupos adversários e como direção intelectual e moral sobre os grupos aliados. [...] Um grupo social pode e deve ser dirigente antes mesmo de conquistar o poder governamental; esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder. [...] A hegemonia política pressupõe necessariamente a hegemonia intelectual e moral, ou seja, a capacidade de apresentar os próprios interesses de classe como interesses universais, gerando um consenso ativo que naturaliza relações de exploração. [...] Esta construção hegemônica opera mediante a difusão de concepções de mundo que permeiam instituições, práticas sociais e imaginário coletivo (GRAMSCI, 2001, p. 94).

Nesse contexto, a burguesia ipatinguense, articulada ao Estado e à Usiminas, buscou consolidar não apenas o controle físico, mas principalmente a produção de consenso através do domínio da memória coletiva. O apagamento deliberado do massacre integrou-se a esse esforço de naturalização da exploração, transformando Ipatinga em símbolo unívoco de progresso nacional enquanto se obliterava sua história de lutas operárias.

Como observa Michael Pollak (1989, p. 4), as memórias coletivas são atravessadas por disputas de poder, e o silêncio em torno de certos episódios revela tanto as estratégias das elites para impor esquecimento quanto as resistências que buscam resgatar essas lembranças. O caso de Ipatinga é emblemático: ao mesmo tempo em que a empresa e o Estado construíam narrativas de progresso, comunidades operárias mantinham viva, ainda que subterraneamente, a memória do massacre.

Apesar das estratégias de silenciamento promovidas pela Usiminas, pelo Estado e pelo SINDIPA sob controle pelego, a memória do massacre de 1963 não foi completamente apagada. Pelo contrário, ela sobreviveu em espaços subterrâneos da cultura operária, transmitida oralmente em famílias, em comunidades e em redes de solidariedade. Como observa Michael Pollak (1989, p. 4), a memória é um campo de disputas, e seu silenciamento oficial é sempre acompanhado de práticas de resistência que procuram preservar lembranças incômodas ao poder.

Na década de 1970, em plena ditadura, começaram a surgir sindicatos de oposição, liderados por trabalhadores e militantes que buscavam romper com o controle pelego e recuperar a tradição de luta dos operários. Em Ipatinga, esse movimento ganhou força especialmente no final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando setores combativos passaram a denunciar o massacre e reivindicar sua inclusão na história das lutas operárias locais (SOUZA, 2014, p. 75-83). A memória do episódio tornou-se um elemento simbólico na formação de uma identidade de classe resistente, funcionando como contraponto ao discurso da “Família Usiminas”.

Paralelamente, surgiram publicações alternativas e independentes, como

jornais sindicais, panfletos e revistas comunitárias, que recuperavam o episódio e denunciavam a violência sofrida pelos trabalhadores em 1963. Pagnossa (2013, p. 95) destaca que esses materiais tiveram papel crucial na construção de uma contra-memória, resgatando os nomes das vítimas, publicando testemunhos e questionando a versão oficial dos fatos.

Nos anos 1980 e 1990, com a redemocratização, os movimentos sociais e organizações de direitos humanos passaram a reivindicar de forma mais aberta a memória do massacre, incluindo-o em atos públicos, seminários e homenagens às vítimas. Essa retomada foi fundamental para inscrever o massacre no imaginário coletivo como símbolo da violência do Estado contra os trabalhadores, e não como mero “conflito local”.

Finalmente, a partir dos anos 2000, ganharam força os projetos de memória institucionalizados, como o Projeto Marcas da Memória, desenvolvido pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Essa iniciativa promoveu a coleta de depoimentos, a publicação de materiais e a realização de atividades culturais voltadas para a preservação da memória dos atingidos pela ditadura e por episódios de repressão como o Massacre de Ipatinga (FERNANDES, 2013, p. 12). Nesse contexto, o massacre deixou de ser apenas uma lembrança transmitida pela oralidade e pelos circuitos alternativos, para ocupar também espaços públicos e oficiais de memória, ainda que, mesmo atualmente, dentro da agenda cultural e histórica municipal este tema seja escamoteado, e por vezes, proibido pelas classes burguesas dominantes que emparelham o Estado.

Sob a ótica marxista, a disputa em torno da memória de Ipatinga exemplifica a luta de classes no terreno simbólico. Thompson (1987, p. 13) enfatiza que a classe trabalhadora se forma não apenas no chão da fábrica, mas também na memória compartilhada de sua experiência histórica. A lembrança do massacre tornou-se, assim, elemento constitutivo da identidade de classe, funcionando como denúncia da violência do capital e como ferramenta de mobilização política. A contra-memória operária e os projetos de resgate histórico representam, portanto, uma forma de contra-hegemonia, na medida em que desafiam a narrativa oficial da Usiminas e reivindicam o reconhecimento da violência de 1963 como parte da história da classe trabalhadora brasileira. Com a crise do regime militar e a abertura política nos anos 1980, o Massacre de Ipatinga começou a ser recuperado de forma mais aberta e sistemática, deixando os circuitos subterrâneos da memória operária e alcançando espaços públicos de debate. Esse processo de reapropriação da memória esteve diretamente vinculado à emergência de novos movimentos sociais, ao fortalecimento do sindicalismo combativo e às lutas por direitos humanos no Brasil.

No campo sindical, a redemocratização possibilitou a ascensão de lideranças ligadas às oposições sindicais no Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA). Esses grupos passaram a denunciar a versão oficial da Usiminas e a reivindicar o reconhecimento do massacre como episódio de repressão brutal

contra a classe trabalhadora. Paulo Roberto de Souza (2014, p. 75-83) mostra que, durante as greves do final da década de 1970 e início dos anos 1980, a memória do massacre foi ressignificada como símbolo da resistência operária e como argumento mobilizador contra o autoritarismo patronal e estatal.

Paralelamente, os movimentos de direitos humanos incorporaram o Massacre de Ipatinga à sua agenda, sobretudo ao lado das denúncias de tortura e desaparecimento político durante a ditadura. Essa inclusão foi importante para projetar o episódio para além do Vale do Aço, inscrevendo-o no mapa da repressão estatal e da violência contra trabalhadores no Brasil.

Nos anos 2000, esse processo ganhou institucionalidade através da atuação da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que lançou o Projeto Marcas da Memória. Essa iniciativa buscou resgatar episódios de violência política e valorizar a memória das vítimas do autoritarismo, promovendo publicações, documentários e eventos de homenagem. Foi nesse contexto que obras como *Massacre de Ipatinga: quadro a quadro* (FERNANDES, 2013) vieram a público, oferecendo registros documentais e testemunhais fundamentais para a preservação da memória coletiva.

Essa reapropriação também envolveu a produção acadêmica. Dissertações, teses e livros passaram a analisar o massacre sob diferentes perspectivas urbanística, histórica, social, desconstruindo a narrativa empresarial e estatal. Pesquisadores como Pagnossa (2013), Freitas (2011) e Alves (2016) contribuíram para consolidar a compreensão do massacre como um evento emblemático da violência do capital e da repressão estatal sobre trabalhadores.

Do ponto de vista marxista, esse movimento de reapropriação da memória pode ser entendido como uma reversão parcial da hegemonia. Se, durante décadas, a burguesia conseguiu impor o silêncio através da coerção e da propaganda, a redemocratização abriu espaço para a construção de uma contra-hegemonia, em que a classe trabalhadora e seus aliados recuperaram sua história e transformaram o massacre em ferramenta de luta. Como afirma Thompson (1987, p. 13), a experiência histórica não desaparece: ela ressurgue nas memórias coletivas, alimentando a identidade de classe e reforçando a consciência política.

Nesse sentido, a memória do massacre de Ipatinga, resgatada nos anos 1980–2000, não se limita a um relato sobre o passado. Ela cumpre uma função política no presente, ao denunciar a violência estrutural do capital e ao reafirmar o papel histórico dos trabalhadores na luta pela democracia e pela justiça social.

A trajetória da memória do Massacre de Ipatinga evidencia que ela foi, desde o início, um campo de disputa política e ideológica. A tentativa de apagamento promovida pela Usiminas, pelo Estado e pelo SINDIPA não representou apenas um esforço de esquecer um episódio traumático, mas uma estratégia consciente de imposição da hegemonia burguesa na região.

A luta pela memória, portanto, não é apenas um exercício historiográfico, mas uma dimensão concreta da luta de classes no terreno simbólico. Ao disputar a narrativa sobre o passado, trabalhadores e movimentos sociais desafiam a hegemonia da burguesia e reivindicam não só o direito à lembrança, mas também o direito à justiça histórica. Como enfatiza Pollak (1989, p. 4), todo silêncio é político, e todo resgate de memória é, ao mesmo tempo, um ato de resistência.

Assim, a memória do massacre de Ipatinga revela-se como campo privilegiado para compreender a dialética entre hegemonia e contra-hegemonia: de um lado, o apagamento e o silêncio impostos pelo capital; de outro, a resistência que insiste em manter viva a lembrança das vítimas e em inscrever o episódio na história das lutas operárias brasileiras.

A luta pela memória do massacre de 1963 não pode ser dissociada da realidade social contemporânea de Ipatinga. As contradições que marcaram a formação da cidade, a industrialização acelerada, o controle empresarial sobre o espaço urbano e a repressão à classe trabalhadora, continuam a se manifestar nas formas de desigualdade social presentes até hoje.

Como observa Moizés Rodrigues da Silva (2020, p. 12), a urbanização de Ipatinga resultou em uma ocupação desigual do espaço: enquanto a Usiminas planejou bairros elitizados, como o Cariru e o Castelo, destinados a funcionários de maior status e executivos e engenheiros japoneses, milhares de migrantes foram empurrados para áreas periféricas, ocupando terras sem infraestrutura adequada. Essa segregação socioespacial não foi um mero efeito colateral, mas parte de uma lógica de reprodução das relações de classe.

Mesmo após décadas, os efeitos desse processo permanecem. Izabela Vieira Alves (2016, p. 42-46) demonstra que a cidade mantém marcas profundas dessa dualidade, onde a urbanização planejada coexiste com ocupações precárias, revelando a permanência de um modelo que privilegia interesses empresariais em detrimento da vida dos trabalhadores. Essa desigualdade é, portanto, a expressão material da mesma lógica que, em 1963, levou à repressão sangrenta contra os operários.

Do ponto de vista marxista, a permanência das desigualdades em Ipatinga confirma que o massacre não foi um evento isolado, mas parte de um processo estrutural de dominação de classe. Em Ipatinga, o silenciamento da memória do massacre e a manutenção da segregação urbana constituem dois lados da mesma moeda: ambos servem para naturalizar a dominação, exploração e gentrificação burguesa.

A análise gramsciana reforça essa interpretação. O projeto da “Família Usiminas” não se limitava ao controle do passado, mas também à conformação do presente, criando um imaginário de progresso que escondia as contradições sociais. Ao mesmo tempo, a resistência pela memória denuncia que a cidade carrega até hoje as cicatrizes da violência de classe: os bairros operários

A luta pela memória, portanto, não é apenas um exercício historiográfico, mas uma dimensão concreta da luta de classes no terreno simbólico. Ao disputar a narrativa sobre o passado, trabalhadores e movimentos sociais desafiam a hegemonia da burguesia e reivindicam não só o direito à lembrança, mas também o direito à justiça histórica. Como enfatiza Pollak (1989, p. 4), todo silêncio é político, e todo resgate de memória é, ao mesmo tempo, um ato de resistência.

Assim, a memória do massacre de Ipatinga revela-se como campo privilegiado para compreender a dialética entre hegemonia e contra-hegemonia: de um lado, o apagamento e o silêncio impostos pelo capital; de outro, a resistência que insiste em manter viva a lembrança das vítimas e em inscrever o episódio na história das lutas operárias brasileiras.

A luta pela memória do massacre de 1963 não pode ser dissociada da realidade social contemporânea de Ipatinga. As contradições que marcaram a formação da cidade, a industrialização acelerada, o controle empresarial sobre o espaço urbano e a repressão à classe trabalhadora, continuam a se manifestar nas formas de desigualdade social presentes até hoje.

Como observa Moizés Rodrigues da Silva (2020, p. 12), a urbanização de Ipatinga resultou em uma ocupação desigual do espaço: enquanto a Usiminas planejou bairros elitizados, como o Cariru e o Castelo, destinados a funcionários de maior status e executivos e engenheiros japoneses, milhares de migrantes foram empurrados para áreas periféricas, ocupando terras sem infraestrutura adequada. Essa segregação socioespacial não foi um mero efeito colateral, mas parte de uma lógica de reprodução das relações de classe.

Mesmo após décadas, os efeitos desse processo permanecem. Izabela Vieira Alves (2016, p. 42-46) demonstra que a cidade mantém marcas profundas dessa dualidade, onde a urbanização planejada coexiste com ocupações precárias, revelando a permanência de um modelo que privilegia interesses empresariais em detrimento da vida dos trabalhadores. Essa desigualdade é, portanto, a expressão material da mesma lógica que, em 1963, levou à repressão sangrenta contra os operários.

Do ponto de vista marxista, a permanência das desigualdades em Ipatinga confirma que o massacre não foi um evento isolado, mas parte de um processo estrutural de dominação de classe. Em Ipatinga, o silenciamento da memória do massacre e a manutenção da segregação urbana constituem dois lados da mesma moeda: ambos servem para naturalizar a dominação, exploração e gentrificação burguesa.

A análise gramsciana reforça essa interpretação. O projeto da “Família Usiminas” não se limitava ao controle do passado, mas também à conformação do presente, criando um imaginário de progresso que escondia as contradições sociais. Ao mesmo tempo, a resistência pela memória denuncia que a cidade carrega até hoje as cicatrizes da violência de classe: os bairros operários

marginalizados, a concentração de riqueza e o peso da empresa sobre a vida local revelam a continuidade de um processo histórico iniciado nos anos 1950.

Assim, a permanência das desigualdades sociais em Ipatinga deve ser compreendida como expressão concreta e material da luta de classes, a mesma que produziu o massacre de 1963 e a tentativa de seu apagamento. A memória do massacre, quando reapropriada pelos trabalhadores, não apenas recupera o passado, mas ilumina as contradições ainda vivas do presente, reafirmando que a luta contra o esquecimento é também a luta contra a desigualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Massacre de Ipatinga, ocorrido há 62 anos, não pode ser reduzido a um episódio isolado ou a uma tragédia, fruto de “atritos” ocasionais entre trabalhadores e forças policiais, como sustentaram os discursos oficiais. Ao longo deste artigo, demonstramos que o massacre é parte constitutiva de um processo histórico mais amplo: a formação de Ipatinga sob a lógica do capital monopolista, a repressão estatal como instrumento de dominação de classe e a tentativa sistemática de apagamento da memória como estratégia de manutenção da hegemonia burguesa.

O passo inicial mostrou que a cidade nasceu como território moldado pela Usiminas, em íntima relação com o projeto desenvolvimentista dos anos 1950. O Estado, em aliança com o capital nacional e estrangeiro, promoveu a urbanização acelerada e a disciplinarização da força de trabalho, criando um espaço profundamente desigual e atravessado por tensões. As experiências de exploração e repressão cotidianas forjaram a identidade de classe dos trabalhadores, abrindo caminho para o conflito aberto de 1963.

Na segunda esma, examinamos o massacre em si, interpretando-o como expressão direta da luta de classes. A violência estatal, longe de ser exceção, representou a função estrutural do Estado burguês, que, diante da ameaça da organização operária, atuou como braço armado do capital. A repressão imediata, seguida de prisões, inquéritos e criminalização de lideranças, evidencia o caráter político da ação: esmagar qualquer tentativa de resistência e disciplinar a classe trabalhadora pela força.

Na terceira parte, analisamos o processo de silenciamento e as disputas de memória. O discurso da “Família Usiminas”, o controle sindical e a propaganda institucional operaram como aparelhos de hegemonia que buscaram naturalizar o massacre como um “incidente” e exaltar a empresa como símbolo de progresso. Contudo, vimos também que a memória resistiu em espaços subterrâneos, sendo reapropriada por sindicatos combativos, movimentos sociais e projetos como o Marcas da Memória. Nesse movimento, a memória do massacre se transformou em ferramenta de contra-hegemonia, reafirmando a identidade da classe trabalhadora e denunciando as contradições da modernização autoritária.

Por fim, ressaltamos que as desigualdades sociais persistentes em Ipatinga

são a expressão material do mesmo processo histórico que produziu a tragédia de 1963 e a tentativa de normalização e apagamento por parte das elites. A segregação urbana, a concentração de riqueza e a permanência de um modelo de dominação empresarial evidenciam que as marcas da violência de 1963 não pertencem apenas ao passado, mas continuam presentes no cotidiano da cidade.

Assim, concluímos que o massacre de Ipatinga deve ser compreendido não apenas como um evento histórico, mas como parte de uma longa disputa de classes pela memória e pelo poder. O silenciamento foi um projeto consciente das elites industriais, financeiras, imperialistas e do Estado para garantir a hegemonia capitalista; a resistência, por sua vez, mostra que a memória é também um terreno de luta, no qual trabalhadores reafirmam sua história e sua dignidade.

Preservar a memória do massacre é, portanto, um ato político que transcende a historiografia: é uma forma de resistência contra o esquecimento, de denúncia das desigualdades que persistem e de reafirmação da centralidade da classe trabalhadora na luta por uma sociedade mais justa.

A memória do massacre, constantemente silenciada pelas forças dominantes, ressurgiu nas últimas décadas como instrumento de resistência e como denúncia contra o modelo de exploração que permanece. Ao ser recuperada por sindicatos combativos, movimentos sociais, projetos acadêmicos e políticas de memória, ela rompe o silêncio imposto pela hegemonia burguesa e reafirma que o passado não está encerrado: ele continua a assombrar o presente, evidenciando as permanências da desigualdade e da violência de classe.

A principal contribuição deste artigo foi demonstrar que a historiografia marxista e a ótica do materialismo histórico dialético permite compreender o massacre não apenas como um evento isolado, mas como parte de um processo histórico de dominação e apagamento. O silenciamento das vítimas e a fabricação de uma narrativa empresarial de progresso constituem, eles próprios, mecanismos de exercício da hegemonia capitalista, que se estendem do plano material ao plano simbólico. Nesse sentido, a história não se reduz ao registro do ocorrido, mas deve também revelar os processos de esquecimento como práticas políticas que perpetuam a exploração.

Encerramos reafirmando a necessidade de preservar e divulgar a memória operária como parte das lutas contemporâneas por justiça social. Resgatar o Massacre de Ipatinga significa devolver voz às vítimas, valorizar a resistência da classe trabalhadora e denunciar as continuidades de um modelo de desenvolvimento que sacrifica vidas em nome do lucro. Como nos lembrava Marx (2017, p. 703), a história das sociedades até hoje é a história da luta de classes, e a memória dos trabalhadores tombados em Ipatinga deve permanecer como legado vivo dessa luta, alimentando os combates atuais contra a exploração e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Izabela Vieira. A construção da cidade de Ipatinga/MG: história, urbanização e práticas socioespaciais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FERNANDES, Edvaldo (org.). **Massacre de Ipatinga: quadro a quadro**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2013.

FREITAS, Geraldo Vinícius Ribeiro. Entre divisas, divisores e um massacre: emancipação e formação política de Ipatinga (1944–1964). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAGNOSSA, Tadeu Pamplona. Operários, padres e soldados no Vale do Aço: um estudo das disputas de memória sobre conflitos de outubro de 1963. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SILVA, Moizés Rodrigues da. Da vila operária à região metropolitana: uma análise sobre Ipatinga (MG). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

SOUZA, Paulo Roberto de. Caminhos de resistência: do poder sindical ao poder político: memórias sobre lutas dos trabalhadores da Usiminas (1960–1988). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

O massacre de Ipatinga e a disputa pela memória sob uma ótica marxista

Resumo: O artigo analisa o Massacre de Ipatinga (1963) sob a perspectiva da historiografia marxista, articulando industrialização, repressão estatal e disputa pela memória. A partir de documentos oficiais, dissertações e projetos de memória, demonstra-se que o massacre não foi um episódio isolado, mas resultado direto da formação de Ipatinga como cidade-empresa, planejada pela Usiminas em consonância com o Estado desenvolvimentista. A repressão policial contra trabalhadores e moradores expressou a violência estrutural do capital monopolista, consolidando a disciplina operária pela força. Durante a ditadura militar, instaurou-se um projeto de silenciamento, sustentado por discursos oficiais, controle sindical e propaganda empresarial. Contudo, sindicatos de oposição, movimentos sociais e iniciativas como o Projeto Marcas da Memória resgataram a lembrança das vítimas, transformando-a em ferramenta de resistência e denúncia. O estudo conclui que a luta pela memória integra a luta de classes, sendo instrumento fundamental contra a exploração e pela justiça social.

Palavras-chave: Ditadura militar; Luta de classes; Marxismo; Memória; Massacre de Ipatinga.

The Ipatinga massacre and the dispute over memory from a Marxist perspective

Abstract: This article examines the Ipatinga Massacre (1963) from a Marxist historiographical perspective, linking industrialization, state repression, and memory disputes. Based on official documents, dissertations, and memory projects, it argues that the massacre was not an isolated event but the direct outcome of Ipatinga's formation as a company town, planned by Usiminas in alliance with Brazil's developmentalist state. Police repression against workers and residents reflected the structural violence of monopolistic capital, enforcing labor discipline through coercion. During the military dictatorship, a deliberate silencing project was established, supported by official discourses, union control, and corporate propaganda. However, opposition unions, social movements, and initiatives such as the Marcas da Memória Project rescued the victims' memory, transforming it into a tool of resistance and denunciation. The study concludes that the struggle for memory is part of the class struggle, serving as a fundamental instrument against exploitation and for social justice.

Keywords: Women's labor movement; Work accidents; Factories, Daily life.

Recebido em: 01 de julho de 2024
Aprovado em: 25 de setembro de 2024